

A Importância dos Primeiros Socorros na Prática Docente: Prevenção e Assistência a Acidentes na Educação Infantil

Gabriela Cesar Nunes Santos

Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP), Cubatão, SP, Brasil

Jéssica da Costa Alcantara

Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP), São Vicente, SP, Brasil

Maria Eduarda Pimentel Silveira

Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP), São Vicente, SP, Brasil

Resumo: Este artigo aborda a importância do conhecimento dos professores sobre primeiros socorros na prevenção e na resposta a acidentes e emergências no contexto da Educação Infantil, uma etapa da educação básica que exige cuidados e supervisão constantes, devido ao estágio de desenvolvimento das habilidades motoras, cognitivas e socioemocionais das crianças, além de sua curiosidade natural e comportamento exploratório. A metodologia utilizada consiste em uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa e descritiva de publicações relevantes de fontes confiáveis, como SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), Google Acadêmico e Periódicos CAPES, além da análise da legislação vigente, como a Lei nº 13.722, conhecida como Lei Lucas. A discussão abrange a ocorrência de acidentes na Educação Infantil, o papel do educador na segurança dos alunos e o treinamento adequado em casos de urgência. Destaca-se a relevância da questão e a necessidade de investimentos na formação inicial e continuada dos professores, bem como na oferta de treinamentos e capacitações regulares para os profissionais da educação, a fim de prevenir acidentes no ambiente escolar e assegurar respostas eficazes em casos de emergência.

Palavras-chave: Primeiros socorros. Lei Lucas. Capacitação docente. Emergências escolares. Educação infantil.

Abstract: This article addresses the importance of teachers' knowledge of first aid in preventing and responding to accidents and emergencies in the context of Early Childhood Education, a stage of basic education that requires constant care and supervision, due to the development stage of children's motor, cognitive, and

socioemotional skills, in addition to their natural curiosity and exploratory behavior. The methodology consists of bibliographical research with a qualitative and descriptive approach of relevant publications from reliable sources, such as SciELO (Scientific Electronic Library Online), Google Scholar, and Periódicos CAPES, in addition to the analysis of current legislation, such as Law No. 13,722, known as Lei Lucas. The discussion covers the occurrence of accidents in Early Childhood Education, the role of the educator in students' safety, and adequate training in emergency cases. The relevance of the issue and the need for investment in initial and continuing education for teachers are highlighted, as well as in the provision of regular training and qualifications for education professionals to prevent accidents in the school environment and ensure effective responses in emergency cases.

Keywords: *First aid. Lei Lucas. Teacher training. School emergencies. Early childhood education.*

INTRODUÇÃO

No Brasil, os acidentes representam a principal causa de morte entre crianças e adolescentes na faixa etária de 1 a 14 anos, com uma média de 13 óbitos diários relacionados a esses eventos. Dados estimam que entre 10% e 25% desses incidentes ocorram nas escolas, muitos dos quais poderiam ser evitados com maior atenção à segurança nesses espaços, onde os jovens passam a maior parte do seu dia (Sociedade de Pediatria de São Paulo, 2023).

Diante desses dados, foi promulgada a Lei nº 13.722, de 2018 (Brasil, 2018), conhecida como Lei Lucas, em resposta à falta de atendimento adequado em primeiros socorros, evidenciada por um caso trágico. Lucas, um menino de apenas dez anos, faleceu após engasgar-se com um pedaço de salsicha durante um passeio escolar. O engasgo levou a uma parada cardiorrespiratória, e, lamentavelmente, não havia ninguém preparado para prestar o socorro necessário no momento, resultando em sua morte (Moreno; Fonseca, 2021).

A Lei Lucas, sancionada em outubro de 2018, estabeleceu a obrigatoriedade da capacitação em primeiros socorros para profissionais de instituições de ensino públicas e privadas, bem como de estabelecimentos de recreação infantil. Seu objetivo é garantir que esses profissionais estejam aptos a prestar o primeiro atendimento em situações emergenciais, aumentando as chances de sobrevivência até a chegada de ajuda especializada (Brasil, 2018).

Um estudo publicado na revista “Texto & Contexto Enfermagem” revelou que apenas 42,7% dos professores receberam algum conteúdo sobre primeiros socorros durante a formação inicial, e 68,8% nunca participaram de treinamentos sobre prevenção de acidentes escolares e primeiros socorros. Além disso, 53,2% já presenciaram situações de urgência dentro da escola, mas apenas 11,9% se sentiram preparados para atuar com segurança (Hadge *et al.*, 2023). Esses dados evidenciam que muitos professores não se sentem confiantes para intervir em situações que exijam conhecimentos em primeiros socorros. É essencial, portanto, conscientizar os educadores sobre a importância do treinamento regular nessa área, garantindo que o conhecimento não se perca com o tempo.

O presente estudo aborda a importância dos primeiros socorros na prática docente, no contexto da Educação Infantil. Com base nas informações apresentadas, é possível compreender o papel fundamental dos professores na segurança dos alunos e a importância de seu preparo para evitar acidentes e como atuar em emergências. O atendimento adequado nos primeiros minutos de um acidente — como no caso de perfurações, paradas cardiorrespiratórias, convulsões, quedas, desmaios ou obstruções das vias aéreas — pode impedir complicações graves, como internações e sequelas permanentes ou até mesmo o óbito. O treinamento dos profissionais da educação pode ser decisivo para salvar vidas, permitindo que a situação seja avaliada e as medidas adequadas sejam tomadas, o que inclui acionar o atendimento médico especializado, dependendo da gravidade.

Para a elaboração deste estudo, a metodologia utilizada consiste em revisão sistematizada da bibliografia com abordagem qualitativa descritiva. No referencial teórico, buscou-se um parâmetro global sobre o tema, com o objetivo de contextualizar a introdução do profissional docente de forma sucinta nos primeiros socorros.

METODOLOGIA

Este artigo apresenta uma metodologia baseada na pesquisa bibliográfica, com a análise de abordagem qualitativa. Além disso, enquadra-se em um perfil descritivo, cuja finalidade é identificar, analisar e sintetizar publicações relevantes sobre a importância dos primeiros socorros na Educação Infantil.

A análise foi realizada por meio da sistematização dos artigos encontrados em bases acadêmicas eletrônicas, considerando a produção nacional, além de leitura de legislações pertinentes ao assunto. Bancos de dados como SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), Google Acadêmico e Periódicos CAPES foram selecionados para a busca de fontes relevantes e de procedência confiável.

A pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa é um tipo de investigação que se fundamenta na análise de materiais já publicados, como livros, artigos científicos, dissertações, legislações e outros documentos relevantes ao objeto de estudo. Sendo assim, o propósito da pesquisa, neste estudo, é compreender,

interpretar e discutir teoricamente um fenômeno a partir do levantamento e da sistematização de diferentes produções acadêmicas sobre o tema.

A abordagem qualitativa, por sua vez, não busca quantificar dados, mas aprofundar-se na compreensão dos significados, das relações e das subjetividades envolvidas nas práticas educativas e nos contextos sociais analisados. Para Sousa *et al.* (2021), a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador analisar criticamente conhecimentos já sistematizados, exigindo tempo e rigor na seleção e interpretação das obras consultadas.

Para a pesquisa, as palavras-chave utilizadas foram: primeiros socorros na educação, Lei Lucas, emergências escolares e acidentes na infância. Os critérios de inclusão adotados voltaram-se para a seleção de trabalhos acadêmicos que abordassem os conceitos-chave na Educação Infantil. Foram excluídos trabalhos repetidos, textos opinativos sem respaldo científico e documentos que não apresentavam relação direta com a proposta do estudo. Inicialmente, foi realizada a leitura dos títulos e resumos; os textos que atendiam aos critérios foram lidos integralmente.

Algumas etapas utilizadas para a seleção de artigos foram baseadas na identificação, seleção, elegibilidade e, por fim, a inclusão dos textos pertinentes à análise.

- Identificação – levantamento inicial de todas as obras relacionadas ao tema;
- Seleção – aplicação dos critérios de idioma, período e acesso ao texto completo;
- Elegibilidade – leitura dos títulos e resumos para verificar aderência ao objeto de estudo;
- Inclusão – leitura integral dos textos elegíveis e extração dos dados pertinentes à análise.

Nesse sentido, a combinação entre pesquisa bibliográfica e a observação e seleção de textos com enfoque qualitativo permite construir um referencial criterioso. Para facilitar a sistematização dos textos mais relevantes selecionados na etapa de “inclusão”, os estudos foram organizados em um quadro de síntese, utilizando os trabalhos de maior contribuição, conforme o modelo abaixo:

Quadro 1 – Quadro de síntese: Trabalhos de maior contribuição

Autor(es)	Ano	Título	Tipo de publicação	Objetivo
Mancini; Rosebaum; Ferro	2002	“Organização de um serviço de primeiros socorros em uma empresa”	Trabalho de conclusão de curso	Analisar a prática de primeiros socorros nas empresas.
França <i>et al.</i>	2007	“Enfermagem e práticas esportivas: aprendendo com os dilemas éticos”	Artigo científico	Descrever dificuldades relacionadas aos primeiros socorros durante uma olimpíada estudantil.
Governo do Estado de São Paulo	2007	Decreto nº 4.241	Legislação	Estabelecer diretrizes de atendimento emergencial.
Camboin; Fernandes	2016	“Primeiros socorros para o ambiente escolar”	Cartilha	Divulgar ações dos primeiros socorros no ambiente escolar.
Brasil	2018	Lei nº 13.722	Legislação	Tornar obrigatória a capacitação em primeiros socorros nas escolas.
Moreno; Fonseca	2021	“A importância das oficinas de primeiros socorros após implantação da lei Lucas: a vivência de um colégio”	Artigo científico	Avaliar o conhecimento dos professores e servidores sobre primeiros socorros.

Fonte: Autoria própria, 2025.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A presença de crianças em espaços educativos demanda não apenas práticas pedagógicas eficazes, mas também cuidados que assegurem a sua integridade e

segurança. Nesse sentido, a discussão sobre primeiros socorros na Educação Infantil se impõe como tema urgente e necessário, sobretudo após a promulgação da Lei nº 13.722/2018 (Lei Lucas), que tornou obrigatória a capacitação de profissionais da educação em noções básicas de atendimento emergencial.

Em Moreno e Fonseca (2021), encontra-se ainda a noção de que, tendo em vista que a ausência de preparo em primeiros socorros nas escolas pode colocar a vida das crianças em risco, a atuação de profissionais da saúde contribui para formar educadores mais preparados para lidar com essas situações. No entanto, os autores evidenciam que, mesmo apesar de avanços com cursos de capacitação, ainda há falta de preparo adequado para agir em emergências.

Como os protocolos mudam com frequência, a atualização constante é essencial, reforçando a importância da qualificação prevista pela Lei Lucas. Diante disso, discutir a importância dos primeiros socorros na prática docente vai além de uma exigência legal: trata-se de uma questão ética, pedagógica e social. A atuação do professor como agente mediador do cuidado e da prevenção exige formação continuada, conhecimento técnico e sensibilidade diante das vulnerabilidades da infância.

Para promover uma ação educativa efetiva, é essencial desenvolver um conhecimento crítico e reflexivo sobre a realidade, compreendendo as diversas formas de perceber e expressar o ser e o agir. Não se trata de impor verdades, mas de dialogar, construir e reconstruir de maneira empática, libertadora e ousada. O objetivo não é apenas acumular saberes individualmente, mas compartilhá-los (Freire, 1994).

No cotidiano do ambiente educacional, além dos desafios inerentes ao ato de ensinar, surgem outras complexidades que revelam inseguranças e vulnerabilidades. Essas envolvem a necessidade de conexão com o todo, de um olhar atento e de uma escuta sensível para questões biopsicossociais, financeiras e outras demandas. Acolher essas diferentes nuances é fundamental para promover o bem-estar coletivo e enfrentar, de forma mais humana e integrada, os desafios diários vivenciados nas escolas, bem como as pressões internas e externas (Pereira, 2017).

Dados como os expostos por Hadge *et al.* (2023) revelam a fragilidade na formação docente no que diz respeito às emergências em ambiente escolar. O fato de que menos da metade dos educadores recebeu uma capacitação sobre o tema em

sua formação inicial demonstra a falta de preparo e, em contrapartida, a urgência em haver uma formação continuada.

É evidente, portanto, que alunos e professores necessitam de respaldo no que diz respeito aos conhecimentos em primeiros socorros. Diante disso, entende-se que há, além de uma lacuna técnica, uma vulnerabilidade que impacta diretamente na segurança escolar.

DISCUSSÃO

ACIDENTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL

No ambiente escolar, os acidentes variam de acordo com a faixa etária e o estágio de desenvolvimento físico e psíquico das crianças e adolescentes (São Paulo, 2007). A Educação Infantil, uma etapa marcada pelas descobertas e pelo aprimoramento das habilidades motoras, cognitivas e socioemocionais das crianças, pode ser um período de maior vulnerabilidade a acidentes devido à sua curiosidade natural, à mínima noção de perigo e à capacidade limitada de controle sobre seus corpos e ações. Esse cenário torna o ambiente escolar um espaço onde os riscos podem ser elevados, exigindo cuidados e medidas preventivas.

Os fatores envolvidos em acidentes no contexto escolar devem ser reconhecidos, considerando sua ocorrência como eventos previsíveis e passíveis de prevenção. Dessa forma, a necessidade de supervisão constante dos alunos, principalmente durante os intervalos entre as aulas, nos parques, nas piscinas e durante a prática de esportes, deve estar associada às devidas recomendações de segurança no que diz respeito à playgrounds, em áreas de práticas esportivas, nos brinquedos, no ambiente físico e no trânsito, que incluem precauções para evitar acidentes de trânsito no entorno da escola (São Paulo, 2007).

Segundo o Manual de Prevenção de Acidentes e Primeiros Socorros nas Escolas (São Paulo, 2007), acidentes podem ocorrer a partir do momento em que a criança começa a frequentar a creche. Entre os mais comuns entre crianças de cinco meses a 5 anos de idade, incluem-se a ingestão e aspiração de pequenos objetos e corpo estranho, quedas (de berços, camas, trocadores, cadeirão, colo e escadas), choques elétricos, queimaduras, ferimentos por objetos, intoxicações, mordeduras e

picadas, afogamentos e acidentes de trânsito, segundo os aspectos de sua faixa etária, como pegar objetos e levar à boca, mexer em tudo, sentar, engatinhar, andar, subir e descer escadas. Conforme a constante atividade motora na faixa de 1 a 3 anos, que engloba andar, correr, ter curiosidade, brincar com água e animais, os acidentes mais comuns abrangem quedas, ingestão de medicamentos e produtos químicos, aspiração ou ingestão de corpo estranho, queimaduras, afogamentos, atropelamentos, picadas e mordeduras e choque elétrico. Já os acidentes mais comuns que envolvem as crianças de 3 a 5 anos, seguem as anteriores, além de quedas de alturas elevadas, acidentes de trânsito e quedas de brinquedos, de acordo com as características da idade, como andar em triciclos e bicicletas, ter atração por água e fogo e realizar experimentações. As medidas preventivas englobam cuidados básicos como supervisão constante e não deixar a criança sozinha, além de manter fora do alcance objetos pequenos, pontiagudos e cortantes, bem como medicamentos, plantas, produtos químicos (principalmente de limpeza), cobrir tomadas elétricas, instalar grades e trincos em janelas e portões, proteger piscinas, ter cuidado com o contato com animais e, ainda, fornecer orientações para as crianças sobre locais seguros para brincar e andar de triciclos, bicicletas e patins, além de dar início à educação no trânsito.

A observação empírica do contexto escolar evidencia a ocorrência de acidentes e outros episódios que possam comprometer a saúde de estudantes e profissionais da educação. Em circunstâncias que demandam intervenções imediatas, emerge a necessidade de identificar a conduta adequada no que se refere ao atendimento em primeiros socorros. Diante disso, compreende-se que as instituições de ensino devem estar devidamente preparadas para enfrentar tais situações, assegurando o bem-estar da comunidade escolar sem que haja prejuízo ao processo de ensino-aprendizagem (Camboin; Fernandes, 2016).

IMPORTÂNCIA DO EDUCADOR NA SEGURANÇA DOS ALUNOS

França *et al.* (2007) evidencia a importância de desenvolver ações de educação em saúde no ambiente escolar, com o objetivo de orientar os educadores quanto aos cuidados com a saúde dos alunos e à prevenção de acidentes. Embora muitos

acidentes possam ser evitados, quando ocorrem, o conhecimento básico em primeiros socorros é essencial para evitar complicações decorrentes de atendimentos inadequados ou tardios.

Os primeiros socorros consistem no atendimento imediato prestado a pessoas doentes ou feridas, podendo ser realizados por qualquer cidadão. Considerando que o ambiente escolar é um dos espaços onde as relações interpessoais acontecem de forma intensa e contínua, é comum que ocorram acidentes ou situações que exijam intervenções rápidas (Mancini; Rosembaum; Ferro, 2002). Nesse contexto, torna-se cada vez mais relevante capacitar os educadores, mesmo que leigos, em noções de primeiros socorros, pois essa formação pode contribuir significativamente para a redução dos elevados índices de morbidade e mortalidade causados por acidentes e violências no país (Pergola; Araujo, 2008).

Para alcançar esse objetivo, é fundamental a criação e implementação de políticas públicas voltadas à capacitação dos profissionais da educação. Um exemplo disso é o Estado de São Paulo, onde o Decreto nº 4.241, de 17 de maio de 2004, estabelece que professores da rede pública devem receber, a cada seis meses, orientações básicas sobre primeiros socorros (Santos, 2004). É fundamental que a comunidade escolar tenha conhecimentos em primeiros socorros, a fim de desenvolver estratégias de prevenção e garantir um atendimento adequado em casos de acidentes no ambiente escolar. Essa preparação capacita os profissionais a reconhecerem a gravidade das situações, acionarem os serviços especializados quando necessário e agirem com calma, agilidade e eficiência (Fiocuc *et al.*, 2008).

TREINAMENTO

É importante destacar alguns aspectos essenciais, como a capacidade de perceber a gravidade da situação, acionar imediatamente uma pessoa próxima e capacitada, e comunicar aos órgãos públicos competentes — entre eles, o SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), o Corpo de Bombeiros/SIATE (Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência) e, quando necessário, a Polícia Militar (Brasil, 2003).

Desse modo, a pessoa que presta o primeiro atendimento deve manter a calma e agir com serenidade, evitando o pânico. É fundamental que suas ações sejam

rápidas, precisas e cautelosas, sempre observando as condições do ambiente para não colocar em risco nem a própria segurança, nem a da vítima. Além disso, o socorrista deve transmitir confiança e tranquilidade às vítimas conscientes, aliando improviso e agilidade ao conhecimento técnico em primeiros socorros (Brasil, 2003).

Embora os conhecimentos e práticas em primeiros socorros estejam em constante atualização, é indispensável possuir, ao menos, uma base mínima para oferecer assistência adequada em emergências. Por isso, é fundamental evitar qualquer tipo de intervenção incerta ou baseada apenas na intenção de “fazer algo”, pois ações equivocadas podem agravar ainda mais o estado da vítima (Falcão; Brandão, 2010).

Ao prestar primeiros socorros, é essencial manter a calma, pois isso facilita o raciocínio e a avaliação da situação da vítima. Primeiramente, deve-se garantir que o local do acidente seja seguro antes de se aproximar da vítima, pois sua segurança é a prioridade. Além disso, é importante evitar que outras pessoas se tornem vítimas, garantindo a segurança de todos ao redor. Caso o acesso à vítima não seja possível, o SAMU (192) deve ser acionado imediatamente, relatando as condições do local do acidente. Se a cena for segura, as condições da vítima devem ser analisadas para que os cuidados necessários sejam definidos. Em situações mais graves, onde os cuidados exigem profissionais de saúde, é recomendável aguardar a chegada do resgate. Por fim, é importante manter o número da Central de Emergência (192) em local de fácil acesso e conhecimento de todos (São Paulo, 2007).

Entre as principais medidas coletivas a serem adotadas nas escolas, é essencial priorizar as práticas preventivas de acidentes, tanto no ambiente escolar quanto ao seu redor, para que os professores e aqueles que cuidam das crianças saibam agir diante de acidentes, como evitá-los e prestar os primeiros socorros às vítimas (São Paulo, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é um ambiente que exige cuidados e a adequação dos espaços de acordo com normas e protocolos de segurança, a fim de garantir a integridade, a segurança e o bem-estar dos alunos. Reafirma-se, portanto, a necessidade do conhecimento sobre primeiros socorros dos profissionais da educação, principalmente

na Educação Infantil, uma etapa da educação básica que demanda atenção e responsabilidades maiores, uma vez que as crianças estão começando a construir sua autonomia e podem estar mais suscetíveis a acidentes. Essa imprevisibilidade exige preparo para lidar com situações inesperadas e imprevistas.

Do ponto de vista legal, a capacitação em primeiros socorros se tornou obrigatória para profissionais que atuam em instituições públicas e privadas, assim como estabelecimentos de recreação infantil, prevista pela Lei nº 13.722/2018, a Lei Lucas. Já o Decreto nº 4.241, de 17 de maio de 2004, de Santos, estado de São Paulo, estabelece orientações básicas sobre primeiros socorros para professores da rede pública a cada seis meses. Dessa forma, a formação inicial e continuada dos professores deve incluir o acesso a treinamentos específicos para orientar suas ações em casos de emergência e deve ser realizada regularmente no exercício da prática docente, seguindo protocolos atualizados e revisados. Um estudo feito no interior do estado de São Paulo mostrou aumento expressivo na confiança dos professores para lidar com emergências depois de participarem de um treinamento com simulações, demonstrando a importância desse tipo de qualificação (Zonta *et al.*, 2019).

O atendimento em primeiros socorros no ambiente escolar não se limita a emergências, mas também abrange práticas preventivas, como a supervisão constante das crianças, a adequação do ambiente escolar para reduzir riscos e o ensino de hábitos seguros desde a infância. Para promover a educação em segurança, é possível realizar ações educativas que integrem os profissionais da educação, além dos alunos e de suas famílias, o que pode contribuir para criar uma rede de conscientização, cuidados e prevenção dentro da comunidade escolar.

É necessário, portanto, refletir sobre a relevância do acesso ao conhecimento de primeiros socorros na educação. As crianças, como sujeitos de direitos, devem crescer, desenvolver suas habilidades e explorar o mundo ao seu redor sem correr riscos desnecessários. A implementação da legislação exige seu cumprimento, e o investimento na formação inicial e continuada dos professores é uma ação essencial para prepará-los para atuar na prevenção ou na resposta a qualquer emergência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.722**, de 4 de outubro de 2018. Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil. Brasília: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13722.htm>. Acesso em: 20 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. FIOCRUZ. **Manual de Primeiros Socorros**. Vice-Presidência de Serviços de Referência e Ambiente. Núcleo de Biossegurança-NUBio. Rio de Janeiro, 2003. 170p. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/manuais/biosseguranca/manualdeprimeiros-socorros.pdf>> Acesso em: 05 maio. 2025.

CAMBOIN, F.F., FERNANDES, L.M. **Primeiros socorros para o ambiente escolar**. Evangraf, Porto Alegre, 2016.

FALCÃO, L. F. R.; BRANDÃO, J. C. M. **Primeiros socorros**. São Paulo: Martinari, 2010.

FIORUC, B. E. *et al.* **Educação em saúde: abordando primeiros socorros em escolas públicas no interior de São Paulo**. Revista Eletrônica em Enfermagem, v. 10, n. 3, p. 695-702, 2008. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/fen/article/view/46619/22885>>. Acesso em: 22 abr. 2025.

FRANÇA, I. S. X. De. *et al.* **Enfermagem e práticas esportivas: aprendendo com os dilemas éticos**. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 60, n. 6, p. 724–727, nov. 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

HADGE, R. B. *et al.* **Conhecimentos de professores do ensino fundamental acerca de primeiros socorros**. Texto & Contexto - Enfermagem, v. 32, p. e20230029, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2023-0029pt>> Acesso em 01 maio. 2025.

MANCINI, B. H.; ROSENBAUM, J. L.; FERRO, M. A. C.. **Organização de um serviço de primeiros socorros em uma empresa**. Campo Grande-MS, 49 p., 2002.

MORENO, S. H. R.; FONSECA, J. P. S. **A importância das oficinas de primeiros socorros após implantação da lei Lucas: a vivência de um colégio**. Brazilian Journal of Health Review, v. 4, n. 2, p. 4661-4674, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.34119/bjhrv4n2-053>> Acesso em 07 maio. 2025.

PEREIRA, A. B. **Do controverso “chão da escola” às controvérsias da etnografia: Aproximações entre antropologia e educação**. Horizontes Antropológicos, [s. l.], v.

23, n. 49, p. 149-176, set. 2017. Quadrimestral. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832017000300006>> Acesso em 17 maio. 2025.

PERGOLA, A. M.; ARAUJO, I. E. M.. **O leigo em situação de emergência**. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 42, n. 4, p. 769–776, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v43n2/a12v43n2.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2025.

SANTOS, Governo de São Paulo. **Decreto nº 4.241**, de 17 de maio de 2004. Regulamenta a Lei nº 1.971, de 24 de outubro de 2001. Dispõe sobre as políticas públicas de combate a incêndio nos estabelecimentos de ensino da rede oficial do município. Disponível em: <<https://egov.santos.sp.gov.br/legis/documents/1423/view>>. Acesso em: 25 abr. 2025.

SÃO PAULO. Secretaria da Saúde. **Manual de Prevenção de Acidentes e Primeiros Socorros nas Escolas**. Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Políticas de Saúde. CODEPPS. São Paulo: SMS, 2007.

SOCIEDADE DE PEDIATRIA DE SÃO PAULO. **Acidentes mais frequentes em pré escolas da rede pública municipal da cidade de São Paulo**. 12 dez. 2023. Disponível em: <<https://www.spsp.org.br/anais-do-congresso/acidentes-mais-frequentes-em-pré-escolas-da-rede-publica-municipal-da-cidade-de-sao-paulo/>>. Acesso em 01 maio. 2025.

SOUSA, A. S. *et al.* **A Pesquisa Bibliográfica: Princípios e Fundamentos**. Cadernos da Fucamp, v. 20, n. 43, p. 64-83/2021.

ZONTA, J. B. *et al.* **Autoconfiança no manejo das intercorrências de saúde na escola: contribuições da simulação in situ**. Rev. Latino-Am. Enfermagem. v. 27, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1518-8345.2909.3174>>. Acesso em: 17 maio. 2025.